

Comparabilidade Internacional das Estatísticas da Renda Nacional (*)

J. B. D. DERKSEN

I

Em sua Quarta Sessão, reunida em Genebra, em maio de 1949, a Comissão de Estatística das Nações Unidas determinou a publicação, pelo Secretariado, dentro do mais breve prazo, das estatísticas da renda nacional do maior número possível de países. O Bureau de Estatística das Nações Unidas já havia publicado um volume sob o título "National Income Statistics of Various Countries, 1938-1947" (1), com minuciosas informações relativas a trinta e seis países e apenas cifras totais quanto a vinte outros. Durante o ano passado, publicou regularmente no "Monthly Bulletin of Statistics", estatísticas da renda nacional relativas a grande número de países, incluindo tabelas sobre a composição da renda nacional, organizadas segundo os tipos de rendimentos, segundo as atividades econômicas e por categorias de despesa final. Publicou, também, tabelas sobre despesas dos consumidores e formação de capital e, ainda, sobre a renda *per capita*, expressa em preços de antes da guerra. No mês passado apareceu um segundo volume do "National Income Statistics of Various Countries 1938-1948" (2) com estatísticas minuciosas da renda

(*) Conferência realizada no auditório da FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS a 19 de junho de 1950. O autor é o Chefe da Seção de Estatística da Renda Nacional, Organização das Nações Unidas, Lake Success, N. Y.

(1) Lake Success, N. Y., janeiro de 1949. Em fevereiro e abril de 1949 foram publicadas edições, respectivamente, em francês e espanhol.

(2) Lake Success, N. Y., maio de 1950.

nacional de trinta e dois países, incluindo a contabilidade social quanto a doze outros. Essa publicação contém igualmente uma série de dados numéricos desde a segunda metade do Século XIX, sobre a renda nacional de todos os países que dispunham de informações a respeito.

II

Os quadros do Apêndice constituem resumos extraídos das estatísticas mais minuciosas, contidas nesse volume, que esclarecem certos pontos interessantes das diferenças de estrutura entre os países estudados. O quadro 1 apresenta cifras relativas à composição, por setor de atividade econômica, de cinco países subdesenvolvidos e cinco desenvolvidos. Observa-se, aí, que, nos países subdesenvolvidos, em geral, a parte que cabe à agricultura é proporcionalmente maior do que nos países adiantados, ao passo que a percentagem reservada à indústria, ao transporte e às comunicações é mais baixa. Há exceções à regra. No Chile, por exemplo, a parte da indústria, que abrange a mineração, é elevada por motivos que seria desnecessário explicar aqui, ao passo que a percentagem que cabe à agricultura é mais baixa do que em outros países subdesenvolvidos. Existem, também, diferenças acentuadas entre os países desenvolvidos. Na Dinamarca, a percentagem da agricultura é elevada; já na Holanda essa percentagem é bastante baixa. Antes de citarmos cifras, para exame mais aprofundado, faz-se mister investigarmos, detalhadamente, os conceitos em que as mesmas se baseiam. E' evidente que, quando os totais se baseiam em diferentes conceitos sobre a renda nacional, as percentagens não são comparáveis. Em artigo anterior (3) já descrevi de modo sucinto o conceito da renda nacional ao custo dos fatores adotados em seu trabalho pelo Bureau de Estatística das Nações Unidas, e os principais grupos de itens por vezes tratados de modo diferente em cada país.

III

O conceito padrão, de renda nacional, é definido com a soma das remunerações aos fatores de produção providos pelos resi-

(3) "As Estatísticas Necessárias ao Estudo da Renda Nacional", conferência na Sociedade Brasileira de Estatística, 31 de maio de 1950.

dentes permanentemente num país, calculada para o período de um ano com as seguintes convenções:

1) Os itens não monetários são considerados da forma seguinte:

a) A renda nacional compreende:

- (I) O valor do aluguel líquido das casas ocupadas pelos respectivos proprietários.
- (II) O produto das fazendas para consumo próprio, avaliado aos preços pagos aos fazendeiros, e itens semelhantes.
- (III) Pagamentos, em espécie, a empregados domésticos, empregados na indústria, e à marinha mercante.

b) A renda nacional não compreende:

- (I) Os serviços, não remunerados, das donas de casa.
- (II) Os serviços dos bens de consumo duráveis em poder dos próprios consumidores.

2) O seguro social e as pensões são considerados da seguinte forma:

- a) Incluem-se as contribuições para fundos de aposentadoria e seguro social. Para isso, é preciso que os benefícios da aposentadoria e do seguro social sejam considerados como transferências.
- b) Quando o sistema não se baseia em contribuições ou quando não existe um plano traçado, as pensões pagas aos aposentados são consideradas como pagamentos por serviços prestados e portanto incluídas.
- c) As pensões aos incapacitados e aos veteranos, às viúvas de guerra, às vítimas de perseguição do inimigo e grupos semelhantes são consideradas como transferências.

3) A assistência aos desempregados e as indenizações aos empregados dispensados são consideradas como transferências;

mas os pagamentos feitos a pessoas empregadas em obras de recuperação econômica são incluídos.

4) Os serviços gerais do governo são incluídos. O valor líquido é determinado pelo total dos vencimentos e salários pagos. A renda das forças armadas, em dinheiro ou em espécie, é incluída. Os itens em espécie, incluídos na renda, são os alimentos e o vestuário.

5) Os lucros e perdas das empresas pertencentes ao governo são incluídos. Qualquer déficit na conta de operações será por conseguinte computado como prejuízo. Contudo, em casos especiais, tais como: monopólio do Estado sobre álcool, fumo, etc., os lucros podem ser considerados como impostos indiretos.

6) Os lucros das sociedades anônimas são incluídos antes do pagamento de seu imposto de renda; todavia, os lucros de sociedades que operam no estrangeiro são incluídos após o pagamento dos impostos no exterior. Esses impostos serão computados na renda do país onde a sociedade estiver operando.

7) Juros da dívida pública são excluídos, mas os juros de investimentos governamentais em empresas públicas ou privadas são computados. Os juros atribuídos a bens do patrimônio público (excluído os das empresas do Estado) tais como edifícios, escolas, estradas de rodagem, etc. podem ser incluídos.

8) Auxílios do exterior e outros donativos, custos de ocupação, indenizações realizadas com a produção atual são considerados parte da despesa nacional dos países onde se originam. Assim, não são adicionados à renda nacional do país receptor.

9) Remessas pessoais recebidas do exterior são excluídas, sendo computadas na renda nacional do país de origem.

10) Juros líquidos e dividendos recebidos do exterior são incluídos. Em princípio, os lucros não distribuídos das sociedades que operam no estrangeiro também são incluídos. Os juros recebidos do exterior sobre empréstimos de governos estrangeiros são incluídos e os juros pagáveis no exterior sobre a dívida pública nacional são deduzidos.

11) Os lucros e perdas de capital são excluídos. Para isso, se necessário, devem ser feitos ajustamentos de valor dos estoques.

12) As modificações de inventário dos estabelecimentos agrícolas devem ser levadas em conta. Ajustamentos semelhantes podem se tornar necessários quanto a outras atividades.

13) Os prêmios de seguros comerciais, depois de deduzida, por exemplo, a parte do prêmio representativa de um pagamento por serviços prestados pela companhia de seguros, são computados como reserva para depreciação e manutenção.

14) A renda líquida proveniente de bancos e outros intermediários financeiros é igual a ordenados e salários pagos, incluindo outras rendas do trabalho, mais os lucros (4).

O excedente do valor dos serviços prestados pelos bancos, não compensado pela receita resultante de taxas e comissões, pode ser atribuído aos depositantes.

15) Os custos relativos a compra e venda de títulos e outros bens, entre particulares, são considerados elementos da despesa dos consumidores.

16) As rendas provenientes de transações ilícitas são excluídas.

17) As rendas provenientes de transações no mercado negro podem ser calculadas pelos preços legais, para serem incluídas, sempre que conveniente. Pode ser útil, para outros fins, indicar a renda proveniente de transações no mercado negro, em separado.

IV

Parece que, no caso do Chile, o conceito básico adotado foi o da renda nacional interna, isto é, a renda nacional antes da dedução dos juros e dividendos pagos ao exterior. Essas cifras são conhecidas através do balanço de pagamentos mas somente em parte, uma vez que as estatísticas não contêm informações sobre as transações no exterior das grandes empresas de mineração, as quais, inegavelmente, constituem importante parcela do balanço de pagamentos do Chile. Contudo, para as finalidades do Quadro 1, talvez seja mais útil mostrar-se a renda nacional, segundo as atividades econômicas, antes da dedução dos juros líquidos e dividendos pagos no exterior.

No caso da Dinamarca, as cifras são baseadas na renda nacional bruta, calculada ao custo dos fatores, isto é, a renda nacional sem a dedução da depreciação dos bens de capital. Isso pode, de certo modo, contribuir para uma super-estimativa da

(4) Quanto à derivação deste último item, Cf. "Measurement of National Income and the Construction of Social Accounts". página 47.

parte percentual da indústria, no total. No caso do Peru, as cifras são baseadas na renda nacional bruta ao preço de mercado e, quanto à Noruega e à Turquia, na renda nacional líquida ao preço do mercado. Quando ao Peru e à Turquia as cifras devem ser consideradas, apenas, como estimativas grosseiras.

Há várias outras divergências, na maioria porém de pouca significação. Para darmos um exemplo, citaremos os Estados Unidos, onde os lucros das empresas públicas e os juros pagos pelas mesmas não são considerados, como na maioria dos países, elementos de renda nacional, mas sim impostos indiretos. Como não é possível separar-se essa parcela dos outros rendimentos provenientes de empresas do governo, não é também possível fazerem-se os ajustamentos necessários (5).

V

Ainda mais complicados são os problemas que surgem quando se trata de comparar as classificações, por atividades econômicas, da renda nacional.

As classificações usadas nos diferentes países não só nem sempre são idênticas, como também o conceito, por exemplo, de renda proveniente da agricultura pode ser definido de modos diversos. No Quadro 1, a agricultura inclui a economia florestal, mas não inclui certas atividades geralmente consideradas como indústrias agrícolas, que são classificadas dentro da indústria propriamente dita. É difícil estabelecer-se uma linha de demarcação comum a todos os casos. Na Dinamarca, a agricultura abrange a produção dos laticínios e dos matadouros, mas, em outros países, estes são geralmente classificados dentro da indústria. Nos países menos desenvolvidos, certas atividades podem ser levadas a efeito nas fazendas, ao passo que em países mais adiantados são elas realizadas em indústrias distintas. Embora não pareça lógico tentar-se ajustar as cifras em tais casos, ao inter-

(5) Há inúmeros problemas, geralmente de importância secundária. Os dados relativos ao Canadá, Porto Rico e Estados Unidos incluem um ajustamento quanto a serviços bancários gratuitos, item este não incluído nos dados da renda nacional de outros países. A cifra relativa à Holanda inclui juros sobre a dívida nacional de antes da guerra e adiantamentos feitos à Indonésia, que deveriam ser omitidos da renda nacional.

pretá-las é preciso tomar em consideração o que elas de fato representam.

A renda oriunda da agricultura pode, também, ser definida de diferentes modos. Nos Estados Unidos não abrange as rendas das terras pertencentes às companhias imobiliárias, mas a Holanda as inclui, porque a renda agrícola ali foi definida de modo a incluir tôdas as rendas provenientes de fatôres de produção que cooperem na agricultura.

De um modo geral, as emprêsas governamentais foram classificadas na indústria a que pertencem. Todavia, em Pôrto Rico e nos Estados Unidos são classificadas na renda do govêrno. Na Noruega a instrução pública e os serviços de saúde não são classificados dentro do item "Govêrno" e sim como "outros serviços". Nas cifras relativas à Turquia, o Govêrno está incluído com vários outros serviços, enquanto que as atividades bancárias e securitárias estão incluídas na rubrica "comércio" e não na rubrica "demais setores".

VI

Problemas semelhantes surgem quando se tenta uma comparação internacional relativamente à classificação da renda nacional por tipos de remuneração dos fatôres (Quadro 2).

A rubrica "Salários e Ordenados", inclui a renda em dinheiro e em espécie das fôrças armadas e as rendas suplementares de trabalho tais como as contribuições dos empregados para o seguro social. Diferentes tendências afetam essas cifras. Nos países subdesenvolvidos, onde são numerosos os pequenos produtores independentes, na agricultura e no artesanato, o total de salários pode formar uma percentagem da renda nacional menor do que nos países altamente industrializados. Nos países onde a inflação se desenvolveu, a parte dos salários pode ser mais baixa do que nos países onde há contrôle de preços e o orçamento se mantém em equilíbrio mercê de impostos elevados.

Será interessante também comparar-se o montante dos salários com os de um ano de antes da guerra. Nos países adiante especificados, essa percentagem se desenvolveu da seguinte maneira :

*Percentagem representada pelos salários e ordenados na
renda nacional*

	1938	1948
Austrália	54.6	53.9
Canadá	63.1	57.1
Nova Zelândia	57.7	54.0
Reino Unido	63.0	62.7
Estados Unidos	66.3	62.7
França	42.1	48.4(*)
Holanda	50.0	55.7
Bélgica (**)	59.3	54.7
Finlândia	50.6	61.2
Suíça	48.4	59.0

Os algarismos acima se referem à distribuição da renda antes do pagamento dos respectivos impostos. Após o pagamento dos impostos diretos, levando-se em consideração o maior volume de serviços prestados pelo govêrno, em certos países a diferença na parte representada pelo trabalho seria em muitos casos mais acentuada.

Comparando-se as cifras relativas à “renda de firmas individuais e demais sociedades” com as de “lucros das sociedades anônimas”, é preciso não esquecer que elas sofrem a influência de dispositivos legais relativos às várias espécies de sociedades comerciais.

Nos Estados Unidos, em Pôrto Rico e na Holanda, foram feitos ajustamentos acêrca dos lucros e perdas de capital. Raramente, porém, foram feitos ajustamentos para a reavaliação das depreciações, na base do valor de reposição.

Os algarismos relativos a aluguéis são muito sujeitos à influência resultante do contrôle dos mesmos. Além disso são, às vezes, apresentados em sua importância líquida, depois da dedução de juros de hipoteca, enquanto que em outros casos são apresentados antes da dedução dêsses juros. Podem ser relativos a todos os aluguéis de casas e edifícios de escritórios ou

(*) Dados relativos a 1947.

(**) Com exclusão da renda proveniente das forças armadas

podem representar, apenas, os aluguéis recebidos por particulares.

VII

As cifras referentes à formação do capital bruto são ainda menos comparáveis no plano internacional. Deve-se isso, principalmente, às diferenças de conceitos básicos e, ainda, às dificuldades na estimativa de certos elementos da formação bruta de capital. Nos países escandinavos, o conceito adotado é muito lato, incluindo a produção de muitos bens não duráveis, os quais em outros países seriam considerados como produtos intermediários e, por conseguinte, incluídos nos custos normais dos negócios e não como elementos de formação de capital. Outras diferenças se originam das dificuldades em estimar a formação de capital realizada pelas emprêsas com recursos próprios, tal como ocorre com as estradas de ferro, fábricas, etc.

A estimativa da formação de capital no setor público, excluídas as emprêsas de propriedade do govêrno, freqüentemente não pode ser feita à base dos balanços publicados. Acontece, não raro, que as variações dos estoques mantidos pelas casas comerciais são difíceis de calcular estatisticamente. Êsses problemas de cálculo estatístico são comumente tratados de modos diversos, o que explica porque os algarismos sôbre formação de capital não são comparáveis. Cumprindo uma recomendação da Comissão de Estatística das Nações Unidas, o Bureau de Estatística está atualmente investigando os métodos adotados em vários países para o cálculo da formação de capital e espera, oportunamente, poder formular proposições visando maior uniformidade nesse setor. Êsse estudo destina-se a substituir um trabalho de antes da guerra, "Capital Formation Statistics", elaborado pelo Comité de Peritos em Estatística da Liga das Nações, em 1938.

VIII

No tocante ao Brasil só se podem apresentar estimativas gerais baseadas no estudo preliminar atualmente em preparo pela "Equipe de Estudos da Renda Nacional", da Fundação Getúlio Vargas. Os algarismos estão contidos no quadro seguinte, e os

resultados parecem concordar com os outros países subdesenvolvidos.

Estimativa da Renda Nacional do Brasil

	1947	Bilhões de Cruzeiros	Percen- tagem
1 — Salários e Ordenados inclusive renda suplementar do trabalho		45.3	43
2 — Renda dos empreendedores individuais		42.9	40
3 — Lucros das Sociedades			
a) sociedades anônimas		6.4	6
b) demais sociedades		6.7	6
4 — Juros		1.6	1.5
5 — Aluguéis		4.8	4.5
6 — Renda líquida do exterior menos a renda pagável ao exterior		—0.8	—1
		107.1	100

A percentagem dos salários é bastante fraca, mas é preciso lembrar que não foram incluídos os salários pagos aos trabalhadores agrícolas, os quais constam do item 2. O número, também, está incompleto, porque os salários nas pequenas empresas comerciais e no artesanato estão apenas parcialmente computados pelas estatísticas da Previdência Social. A estimativa dos salários acima do limite de 24.000 cruzeiros por ano, tirada das estatísticas do Imposto de Renda que, após as deduções permitidas por lei, ficam abaixo do limite de 24.000 cruzeiros, não constam das estatísticas do imposto de renda. Graças a um inquérito especial, levado a efeito pelo Departamento Nacional da Previdência Social, em dezembro de 1948, existem dados mais completos acerca dos salários superiores a 24.000 cruzeiros.

A estimativa da renda dos empreendedores individuais é provavelmente muito baixa, devido à evasão do imposto de renda. Ainda não se tentou uma estimativa da importância dessa evasão.

Por outro lado é preciso observar que as rendas desse tipo e os lucros das sociedades não foram ajustadas em função dos lucros e perdas de capital e também não se tentou ajustar as depreciações na base do valor de reposição. E' difícil investigar

esses problemas detalhadamente, devido à escassez das informações existentes a respeito dos métodos empregados no cálculo das depreciações por parte das empresas e das autoridades do imposto de renda.

Os algarismos sobre lucros das “sociedades anônimas” são bastante exatos. E’ preciso lembrar, porém, que nas estatísticas do imposto de renda não foram computados, especificamente, os prejuízos. Estes figuram como inexistentes. Assim a cifra representativa dos “lucros talvez seja um pouco exagerada”. Todavia, a importância total de prejuízos em 1947 foi provavelmente pequena.

O item “juros” refere-se a todos os juros recebidos pelos recebedores finais desse tipo de renda.

Os itens não incluídos na estimativa provisória da renda nacional do Brasil, são as rendas das profissões liberais e de certas outras categorias, aviação, etc. A renda proveniente de profissões liberais é difícil de calcular-se na maioria dos países. As tentativas realizadas têm tido a cooperação de sociedades profissionais, diretamente ligadas aos interesses econômicos dos grupos que representam.

Pode-se concluir que, dada a falta de diversos elementos da renda nacional nesse quadro e devido à subestimativa de outros, o total será talvez inferior ao real em cerca de 15 a 20 bilhões de cruzeiros. Essa suposição é, porém, das mais arbitrárias.

O exame do método de avaliação usado demonstrou a necessidade de investigar com maior detalhe a natureza de várias transações de bancos, de outros intermediários financeiros, bem como das companhias de seguros, para a elaboração de outras estimativas. Essa análise pode ser levada a efeito tomando-se por base um sistema de contabilidade social. Verificada a natureza das várias transações, em problemas tais como, por exemplo, a atribuição dos serviços bancários prestados gratuitamente aos depositantes, será possível chegar-se a um acordo relativamente aos itens do sistema de contabilidade social que devem ser computados na renda nacional (6). A aplicação de um tal sis-

(6) Para descrição completa do sistema de contabilidade social e análise dos problemas indicados, vide “Measurement of National Income and the Construction of Social Accounts”, relatório do Subcomité de Estatística da Renda Nacional do Comité de Peritos em Estatística da Liga das Nações, “Studies and Reports on Statistical Methods” N.º 7, United Nations, Genebra 1947.

tema também pode servir para o estudo de vários problemas de desenvolvimento econômico, mostrando as relações entre diferentes setores da economia. Se existirem estatísticas básicas a respeito, êsse estudo poderá mais tarde transformar-se num sistema minucioso de tabelas de receita e despesa (*input-output*) relativamente aos principais setores da indústria. Isto muito lhes aumentaria a utilidade para a finalidade visada, uma vez que essas tabelas poderiam ser usadas para indicarem como a expansão de um setor da indústria exigiria necessariamente maiores recursos para outros setores.

XI

Com os dados estatísticos atualmente existentes no Brasil, é muito difícil preparar-se uma estimativa da renda nacional por setor de atividade econômica. As percentagens que damos a seguir foram preparadas por nós na base das estatísticas existentes e estimativas brutas quanto aos setores para os quais não havia dados estatísticos. Devem ser considerados como uma tentativa.

Renda Nacional do Brasil, 1947

(Percentagens)

Agricultura	40%
Indústria, inclusive mineração e construção	23%
Comércio	14%
Govêrno	10%
Transportes e comunicações	6%
Serviços	7%
	<hr/>
	100%

Essas cifras parecem coincidir com os moldes gerais da composição da renda nacional nos países subdesenvolvidos.

As estimativas se baseiam nos dados do "Censo Agrícola", "Censo Industrial" e "Censo dos Serviços", relativos a 1940, e com o auxílio das estatísticas anuais de produção agrícola e produção das indústrias extrativas, publicadas pelo Ministério da

Agricultura e, ainda, pelas estatísticas anuais do “Registro Industrial” coligidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e sobre “Inquéritos Econômicos” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. No tocante à agricultura, os dados existentes não incluem a produção dos fazendeiros para consumo próprio, item importante no Brasil. As estatísticas anuais sobre produção agrícola abrangem 29 produtos, enquanto que 23 outros, com um valor global anual de cerca de 15% do valor total de toda a produção agrícola, não foram calculados. As estatísticas de produção leiteira são igualmente incompletas, abrangendo apenas as fazendas supervisionadas pelo Governo.

As estatísticas anuais do “Registro Industrial” e dos “Inquéritos Econômicos” abrangem apenas as empresas industriais das capitais dos Estados e, por isso, os resultados talvez não representem o desenvolvimento da produção industrial no conjunto do país. Os Inquéritos Econômicos acerca do comércio abrangem apenas o comércio atacadista, não existindo qualquer informação sobre o comércio varejista.

Mesmo para o ano base de 1939, a renda na indústria e no comércio não pode ser estimada com bastante exatidão (7).

Os planos que estão sendo agora elaborados para aperfeiçoar as estatísticas anuais de produção devem ser consideradas de importância capital para o desenvolvimento das estatísticas da renda nacional. Para os setores da economia brasileira a respeito dos quais não se podem obter facilmente dados, a aplicação de métodos de amostragem talvez seja indicada, por ser menos dispendiosa e exigir pessoal menos numeroso, embora mais qualificado. Parece-nos que os métodos de amostragem serão úteis para obter informações sobre a composição e a distribuição dos rendimentos e despesas das famílias em diferentes níveis de renda sendo os grupos sociais úteis ao estudo de vários problemas do desenvolvimento econômico (8).

(7) É sabido que o Censo da Indústria, de 1940, é incompleto quanto às pequenas empresas industriais, o que prejudica particularmente os dados relativos à indústria de construções. O Censo do Comércio e dos Serviços também está incompleto no tocante às pequenas empresas. Além disso, as cifras publicadas são consideradas pouco precisas para permitirem estimativas seguras sobre as rendas dos empregadores e o valor líquido adicionado no comércio atacadista e varejista, a serem elaboradas quanto a 1939.

(8) Por exemplo, permitem concluir a modificação que se verificará no conjunto da despesa dos consumidores, quando, graças ao desenvolvimento econômico, a renda real *per capita* da população aumenta.

Também se pode usar métodos de amostragem para a obtenção de estatísticas correntes sobre vendas e custos de distribuição no comércio atacadista e varejista, no tocante a cada um dos principais setores.

X

Convém lembrar que mesmo em países com estatísticas muito aperfeiçoadas de renda nacional, há vários elementos que só podem ser calculados por métodos aproximativos. O Sr. E. F. JACKSON, responsável pelo anuário oficial "British White Papers on National Income and Expenditure" dá o seguinte resumo de sua experiência (9), como conclusão a uma descrição sumária da contabilidade social, publicada no Reino Unido:

"Os principais defeitos que ainda subsistem nessas contas são:

1 — As economias pessoais ainda são computadas como resíduos; não existe qualquer estimativa direta quer acêrca das economias individuais totais, quer sobre as economias de grupos particulares de renda. Resulta que os algarismos relativos às economias individuais são dos mais suspeitos;

2 — A composição da formação bruta do capital ainda é incerta; em particular, as estimativas de alterações de estoques são precárias;

3 — Não existem estimativas seguras sobre a importância da renda ou produto líquido proveniente de várias indústrias. Por isso mesmo só podemos apresentar uma conta consolidada de operações das emprêsas;

4 — As estimativas dos lucros das emprêsas não são expurgadas de tudo quanto o economista consideraria como lucros ou perdas de capital (que poderiam decorrer de inexatidão das provisões para depreciação e de reavaliação de estoques);

5 — Excetuado o caso da despesa do consumidor, até hoje não nos foi possível deflacionar os algarismos

(9) E. F. JACKSON, "The Recent Use of Social Accounting in the United Kingdom", Ata da Primeira Conferência da Associação Internacional de Pesquisas sobre Renda e Riqueza, Cambridge, Inglaterra, 27 de agosto-3 de setembro de 1949.

de despesas de modo a eliminar o efeito das variações de preço. O resultado é que continuamos em dúvida quando às alterações da renda real, de um ano para outro. Os algarismos grosseiros baseados na despesa, até agora dão resultados sensivelmente diferentes dos cálculos também grosseiros baseados na produção real;

6 — Nada se sabe acêrca do padrão de despesa dos vários grupos de renda ou, como conseqüência, da incidência dos impostos indiretos sôbre várias classes. Essa lacuna só poderia ser preenchida através de inquéritos constantes sôbre o orçamento familiar;

7 — Não existem especificações sôbre compras feitas a emprêsas pelas autoridades públicas;

8 — Algumas das estimativas sôbre o balanço de pagamentos, em virtude dos métodos usados, são por demais "líquidas" para integrarem-se de forma ideal num sistema de contas articuladas. Além disso, o balanço de pagamento adotado para fins de operação no Reino Unido, é essencialmente uma conta de caixa: seu emprêgo na contabilidade nacional necessita portanto um trabalho ajustamento em relação a outros países, cujo balanço assenta em bases mais amplas;

9 — As estimativas atualmente feitas e publicadas repousam em bases estatísticas totalmente inadequadas, especialmente no tocante a despesas das famílias, com serviços;

10 — As estimativas provêm de muitas fontes diferentes. E' impossível mesmo com a máxima boa vontade acreditar que tenham umas em relação a outras a mesma consistência lógica. Podemos citar como exemplo nossas estimativas sôbre formação de capital. São feitas principalmente sob o ponto de vista da oferta, isto é, avaliando-se a produção de bens de capital das indústrias privadas. Enquanto êsse método fôr usado subsistirá sempre alguma dúvida sôbre se as suposições nêle implícitas relativas ao montante da despesa de capital são as mesmas que prevalecem em relação aos algarismos representativos das rendas internas taxadas como lucros;

11 — Pela leitura das estimativas oficiais, não se tem qualquer orientação quanto às margens de erro admitidas pelos seus autores para as várias estimativas;

12 — Apenas no caso da despesa dos consumidores existem estimativas trimestrais publicadas (10). Para fins políticos, especialmente em época de “ponto de inflexão”, a unidade de tempo, ano, é longa demais. Se fôsse possível a publicação trimestral de dados, digamos, dois meses após cada trimestre, mesmo em prejuízo da exatidão (o que seria inevitável), enorme progresso teria sido alcançado.”

Os economistas e estatísticos que trabalham na elaboração das estimativas da renda nacional do Brasil, podem consolar-se com essas declarações do Sr. JACKSON!

NOTAS EXPLICATIVAS

Explicação geral: A renda nacional apresentada nos quadros anexos, é a renda nacional ao custo dos fatores, exceto quando especificado diferentemente. Embora os títulos usados para designar os agrupamentos sejam uniformes, é preciso não esquecer que os mesmos não são necessariamente uniformes de país a país. O leitor poderá consultar a publicação *National Income Statistics of Various Countries, 1938-1948*, para mais pormenores e fontes de informação.

QUADRO 1

De um modo geral, *agricultura* compreende não só a agricultura propriamente dita, como também a indústria florestal, pesca e outras atividades correlatas; *indústria* abrange construção e mineração; *governo* não inclui as empresas do governo, porque estas estão classificadas no setor de atividades correspondentes; a rubrica *transportes e comunicações* compreende serviços de utilidade pública; *demais setores* correspondem a finanças, pro-

(10) Essas cifras são publicadas pela *Monthly Digest of Statistics* (H.M.S.O.)

priedades rurais, seguros, serviços, renda líquida do exterior, etc. As exceções estão adiante especificadas.

Chile: — A renda nacional inclui dividendos e juros pagos no exterior.

Dinamarca: — “Agricultura” inclui a produção de turfa e linhita. “Indústria” compreende todos os serviços de utilidade pública. “Demais setores” inclui comércio.

República Dominicana: — A “indústria florestal” está incluída em “indústria”. “Comércio” abrange profissões e outros serviços determinados.

Holanda: — Os aluguéis reais ou atribuídos a terras não estão incluídos em “agricultura” mas em “demais setores”.

Noruega: — Renda nacional ao preço de mercado.

Peru: — Produção nacional bruta, ao preço de mercado. “Indústria” não inclui construção. Esta está compreendida na rubrica “demais setores”.

Pôrto Rico: — Na rubrica “Govêrno” não estão incluídas as emprêsas públicas. Os algarismos correspondem a anos fiscais começando a 1.º de julho do ano indicado.

Turquia: — Renda nacional ao preço de mercado. “Profissões”, “serviço doméstico”, “pensões de viúvas”, etc., estão incluídos na rubrica “Govêrno”. “Comércio” inclui finanças. A rubrica “demais setores” corresponde apenas a habitações.

Estados Unidos: — As emprêsas governamentais estão incluídas.

QUADRO 2

De um modo geral, a rubrica “salários” inclui a renda em espécie e certos suplementos bem como compensações em dinheiro; a renda de emprêsas “não organizadas em sociedades” abrange a renda em dinheiro e espécie de firmas comerciais, fazendas, profissões e pessoas que trabalham por conta própria; *os lucros das sociedades* são computados antes do pagamento de impostos

e dividendos; *juros* e *aluguéis* correspondem a *juros* e *aluguéis* (reais ou atribuídos) incidindo sobre pessoas e instituições sem finalidades lucrativas. A não ser nos casos especificados, os vários tipos de remuneração incluem as rendas líquidas recebidas do exterior.

Austrália: — O ano fiscal tem início a 1.º de julho do ano indicado; não foram deduzidos os *juros* líquidos e dividendos pagos no exterior.

Canadá: — “Lucros das sociedades” antes da subtração dos *juros* líquidos e dividendos pagos no exterior. “*Juros*”, após a subtração dos *juros* líquidos e dividendos pagos no exterior, foram incluídos nos lucros corporados. Inclui *juros* atribuídos aos bens produtivos de propriedade do govêrno.

Holanda: — “Salários” corresponde a pensões e licenças remuneradas recebidas dos territórios de além-mar. A rubrica “lucros” inclui os lucros líquidos do exterior. “Aluguel”, inclui todos os *aluguéis* de habitações e terras agrícolas antes da dedução dos *juros* de hipoteca.

Peru: — O total e as parcelas foram ajustados num critério *sui-generis* quanto à rubrica “Govêrno”.

Pôrto Rico: — Os dados se referem ao ano fiscal que se inicia a 1.º de julho do ano indicado.

Suíça: — A rubrica “*juros*” inclui a renda líquida do exterior não classificada sob outra rubrica e os *juros* atribuídos às propriedades governamentais.

Reino Unido: — Lucros das sociedades antes da dedução dos *juros*. “*Juros*” representam apenas renda líquida do exterior.

Estados Unidos: — Os lucros provenientes de emprêsas governamentais não estão incluídos na renda nacional ao custo dos fatores.

QUADRO 3

A definição de investimento bruto é sujeita a grande variação, particularmente no tocante à classificação de despesas para

manutenção e reparos. A não ser nos casos indicados, “investimento bruto interno” do govêrno abrange tanto os investimentos gerais do govêrno como os das emprêsas públicas.

Na definição de “investimentos líquidos estrangeiros” os auxílios recebidos do exterior foram incluídos entre outras importações.

Austrália: — Os anos fiscais iniciam-se em 1.º de julho do ano indicado. O investimento bruto é designado como “novas obras e manutenção”; exclui as despesas de manutenção de emprêsas públicas e as despesas de defesa e guerra. “Investimento privado” inclui despesas com veículos a motor para uso pessoal. Os investimentos estrangeiros líquidos estão indicados antes da dedução dos juros e dividendos pagos no exterior.

Canadá: — Os “investimentos privados” incluem os investimentos de emprêsas públicas.

França: — Os “investimentos públicos” incluem despesas de armamento. Os “investimentos privados” incluem os investimentos de sociedades de serviço público.

Nova Zelândia: — Ano fiscal começando a 1.º de abril do ano indicado. Os “investimentos públicos” excluem despesas de defesa.

Pôrto Rico: — Ano fiscal iniciando-se a 1.º de julho do ano indicado. O algarismo inclui investimentos brutos em emprêsas públicas e privadas.

Rodésia do Sul: — O algarismo representa investimentos domésticos líquidos.

Suécia: — As variações líquidas em todos os estoques foram classificadas como “investimento privado”.

Turquia: — O algarismo representa investimento interno líquido.

QUADRO 1

RENDA NACIONAL POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
(Percentage distribution)

	Chile (1943)	República Domi- nicana (1946)	Peru (1947)	Pôrto Rico (1945)	Turquia (1948)
Agricultura	16.5	10.9	28.9	25.4	43.0
Indústria	29.5	19.8	27.2	14.8	12.7
Governo	9.2	8.0	5.9	29.5	10.1
Comércio	14.0	20.9	20.7	10.2)
Transportes e Comunicação	7.3	2.8)	5.1)
Demais setores	23.4	7.3) 17.3	15.0	32.0
					2.2

	Dinamarca (1949)	Holanda (1948)	Noruega (1948)	Canadá (1947)	Estados Unidos (1948)
Agricultura	21.9	10.7	16.5	15.7	9.9
Indústria	38.0	38.6	50.0	38.7	36.8
Governo	7.8	8.7	3.1	7.6	8.8
Comércio	--	14.5	14.1	15.2	19.8
Transportes e Comunicações	7.2	9.8	10.8	10.1	8.0
Demais setores	25.1	17.7	5.5	12.7	16.4

QUADRO 2

RENDA NACIONAL POR TIPO DE REMUNERAÇÃO DOS FATORES

(Percentage distribution)

	Aus- trália (1948)	Canadá (1948)	Nova Zelândia (1948)	Reino Unido (1948)	Estados Unidos (1948)
Salários e ordenados	53.9	57.1	54.9	62.7	62.0
Renda de empresas "não organi- zadas em sociedades"	29.7	23.2	—	14.3	19.6
Lucros das sociedades incluindo empresas do Governo	10.5	17.9	14.8	18.1	14.4
Juros) 5.9) 1.8	—	0.4	1.7
Aluguéis))	2.4	4.5	2.9

	França (1947)	Ir- landa (1948)	Peru (1947)	Pôrto Rico (1945)	Suíça (1948)
Salários e Ordenados	48.4	55.7	42.4	61.9	59.0
Renda de empresas "não organi- zadas em sociedades"	44.1		33.9)	21.3
Lucros das sociedades incluindo empresas do Governo) 4.4) 39.3	17.4) 31.2)
Juros))	1.7	1.9	3.2
Aluguéis	2.6	5.0	4.6	5.0	6.6

QUADRO 3

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL EM RELAÇÃO AO PRODUTO NACIONAL BRUTO

(Porcentagem)

	Aus- trália (1948)	Canadá (1948)	Nova Zelândia (1948)	Reino Unido (1948)	Estados Unidos (1948)
Investimento bruto do Estado...	6.1	...)	2.1	...
Investimento bruto privado.....	17.7	20.9) 20.6	17.3	17.2
Investimento líquido do exterior.	3.6	2.7	1.3	-1.0	0.7

	Dina- marca (1949)	França (1947)	Holanda (1948)	Noruega (1948)	Suécia (1949)
Investimento bruto do Estado....)	3.7	...	7.7	9.8
Investimento bruto privado.....) 23.1	15.4	20.0	26.6	16.5
Investimento líquido do exterior...	-1.7	-3.3	-9.1	-7.7	-1.3

	Peru (1947)	Pôrto Rico (1945)	Rodésia do Sul (1948)	Turquia (1948)
Investimento bruto do Estado.....	...)		
Investimento bruto privado.....	22.7) 5.5	29.2	4.6
Investimento líquido do exterior.....	-1.8	-18.1	-26.5	-2.8

SUMMARY

INTERNATIONAL COMPARISONS OF NATIONAL INCOME STATISTICS

The Statistical Commission of the United Nations in accordance with a resolution of the Economic and Social Council has assumed responsibility for the development of standards aimed at improving the international comparability of national income statistics. After a brief discussion of the various publications of the Statistical Office of the United Nations in the field of national income the standard definition of national income at factor cost, as developed in the publications of the Statistical Office of the United Nations, is described in detail. The definition includes stipulations concerning the treatment of non-monetary items, such as the rental values of owner-occupied houses, farmers' consumption of own produce, payments in kind to domestic personnel, unpaid services of housewives, contributions to social insurance and pension funds, unemployment assistance, government services, profits and losses of government-owned enterprises, corporate profit taxes, interest on domestic and foreign government debts, foreign aid and other grants, personal remittances from abroad, net interest and dividends from abroad, capital gains and losses, business insurance premiums, net income originating in the banking sector and banking services rendered free, etc.

On the basis of a set of tables on national income by industrial origin and by distributive shares, and on capital formation the conceptual differences among the national income statistics of various countries are discussed. One of the purposes of the tables is to show characteristic differences between the composition of the national income in highly developed and in less developed countries. Differences in the definitions of major components such as, for example, agricultural income, are also analyzed. Estimates of gross capital formation are even less comparable from an international point of view.

The study then proceeds to an analysis of the available statistical material for Brazil. The estimates prepared by the "Equipe de Estudos da Renda Nacional" are examined. The method followed approaches the national income on the basis of

the income payments to the various factors of production: wages and salaries, income of independent entrepreneurs, rents, etc.

Attention should be drawn to the fact that the total arrived at is not the national income, since important elements could either not yet be estimated, or they are only incompletely covered by the available basic statistics. The article then proceeds to a discussion of the material available to estimate the national income by industrial origin and of the various components of the national expenditure.

The concluding paragraphs summarize the difficulties encountered in the United Kingdom in preparing estimates of certain important components of the national income.

RESUMÉ

COMPARAISONS INTERNATIONALES DES STATISTIQUES DU REVENU NATIONAL

La Commission de Statistique des Nations Unies, d'après une résolution du Conseil Économique et Social, a pris la responsabilité du développement de méthodes ayant pour but à améliorer la comparabilité internationale des statistiques du revenu national. Après un bref examen de diverses publications du Bureau de Statistique des Nations Unies dans le domaine du revenu national, la définition standard du revenu national au coût des facteurs, telle qu'elle est développée dans les publications du Bureau de Statistiques des Nations Unies, est décrite en détail. La définition tient compte des stipulations qui concernent les items non monétaires tels que la rente imputée aux maisons qui sont occupées par leurs propriétaires, la consommation de leur propre produit faite par les fermiers, les paiements en espèce au personnel domestique, les services non payés des maîtresses des maisons, les contributions à l'assurance sociale et les fonds de pension, assistance au chômage, services du gouvernement, profits et pertes des entreprises de propriétés de propriété gouvernemental, impôt sur les profits des sociétés anonymes, intérêts sur les dettes extérieures et intérieures, aide extérieure et autres contributions, envois personnels de l'extérieur, intérêts et dividendes nets

de l'extérieur, pertes et profits du capital, primes d'assurance d'affaires, revenu net originé dans le système bancaire et services bancaires rendus gratuitement, etc.

Basé sur une série de tables sur le revenu national, selon leur origine industrielle, par type de paiement et aussi sur la formation du capital, les différences de conception parmi les statistiques du revenu national son discutées pour différents pays.

L'un des propos des tables est celui de montrer les différences caractéristiques entre la composition du revenu national dans des pays hautement développés et dans d'autres dont le développement est moindre. Les différences dans la définition des composants les plus importants, tel que par exemple le revenu de l'agriculture, sont aussi analysées. Les estimations de la formation du capital brut sont encore moins comparables du point de vue international. L'étude procède alors à l'analyse du matériel statistique disponible au Brésil. Les estimations préparées par la "Equipe de Estudos da Renda Nacional" sont examinées. La méthode suivie envisage le revenu national basé sur les paiements aux divers facteurs de production: gages et salaires, revenus des entrepreneurs indépendents, rente, etc. Il faut attirer l'attention sur le fait que le total auquel on est arrivé n'est pas le revenu national, puisque d'importants éléments n'ont pas encore pu être estimés, et autres l'ont été d'une façon incomplète à travers les statistiques de base existentes. Il faut alors procéder à la discussion du matériel existant pour estimer le revenu national selon l'origine industrielle et selon les diverses catégories de la dépense nationale.

Les paragraphes finaux synthétisent les difficultés rencontrées au Royaume Uni, pour préparer les estimations de certains importants composants du revenu national.